

IV Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado de São Paulo
22 e 23 de Setembro de 2001

RELATÓRIO DAS MOCÇÕES DA CONFERÊNCIA

(A) Quadro geral das moções

Foram apresentadas vinte e cinco (25) moções na IV Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado de São Paulo, sendo que dezessete (17) moções foram aprovadas previamente e apresentadas pelos grupos de trabalho temáticos, e oito (08) moções foram apresentadas através da assinatura de delegados em plenário.

(B) Requisitos de admissibilidade

É necessário registrar que o número mínimo de assinaturas para a apresentação de moções em plenário deveria corresponder a 10% (dez por cento) dos delegados efetivamente credenciados para a IV Conferência, conforme aprovado no Regimento Interno da Conferência.

Deste modo, considerando que houve quinhentos e oitenta e dois (582) delegados credenciados na IV Conferência, as moções apresentadas em plenário deveriam necessariamente ser subscritas por, no mínimo, cinquenta e oito (58) delegados, sob pena de inadmissibilidade de discussão e aprovação pelo plenário da Conferência.

(C) Da natureza das moções

As moções apresentadas à Plenária Final poderiam ser de : apoio, repúdio ou qualquer outra natureza.

Do universo analisado, três (03) moções destinavam-se a apoio; dezesseis (16) moções destinavam-se a repúdio; e seis (06) moções tinham destinação diversa das anteriores.

(D) Ocorrências registradas no encaminhamento das moções

Cumprir apontar que, das vinte e cinco (25) moções apresentadas à Plenária Final, duas (02) foram encaminhadas com anomalias, sendo que uma delas foi apresentada à

Mesa da Plenária Final intempestivamente, após o horário máximo estipulado; e a restante foi subscrita por número insuficiente de delegados.

(E) Quadro descritivo das moções apresentadas pelos delegados em plenário

- Moção de **repúdio** pela turbulência havida na solenidade de instalação da IV Conferência (encaminhada após o horário limite – 12h 09min)
- Moção de **repúdio** pelos atrasos acontecidos na programação que prejudicaram o andamento normal dos trabalhos da IV Conferência (encaminhada com número insuficiente de assinaturas de delegados)
- Moção de **repúdio** à implantação das unidades descentralizadas da FEBEM em moldes distantes de uma proposta pedagógica adequada
- Moção de **repúdio** do Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente ao Governo do Estado de São Paulo pela atitude de “plantar” conselheiros da sociedade civil no CONDECA/SP, “engessando” o referido conselho
- Moção de **apoio** ao trabalho desenvolvido pelo Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Sorocaba (SP)
- Moção de **apoio** à construção de uma universidade pública e popular na área atualmente ocupada pelo Complexo Penitenciário do Carandiru, conforme preconizado em projeto de lei municipal
- Moção de **apoio** à proposta de ampla capacitação, treinamento e supervisão dos Conselhos Municipais dos Direitos das Crianças e Adolescentes (CMDCA) e dos Conselhos Tutelares; divulgação, na mídia nacional, da importância dos conselhos; divulgação e amplo estudo do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) junto aos profissionais de mídia
- Moção **reivindicatória** ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) para que atue na elaboração de um projeto de lei, junto ao Congresso Nacional, destinado à proibição de qualquer exposição de nudez e violência envolvendo crianças e adolescentes em todos os meios de comunicação, inclusive obras literárias, culturais e artísticas

(F) Quadro descritivo das moções apresentadas pelos grupos de trabalho

- Moção de **repúdio**, pelo **Grupo de Trabalho “Saúde”**, às turbulências ocorridas na solenidade de instalação da IV Conferência, que resultaram em prejudicar o andamento posterior dos trabalhos programados (dois registros)
- Moção de **repúdio**, pelo **Grupo de Trabalho “Política Pública de Assistência Social”**, em relação ao ocorrido no processo eleitoral da sociedade civil para o CONDECA em nome da candidata Maria Moreno Perroni
- Moção de **repúdio**, pelo **Grupo de Trabalho “Política Pública de Assistência Social”**, à condução do processo de municipalização da política de atendimento à criança e ao adolescente pelo Governo do Estado de São Paulo
- Moção de **repúdio**, pelo **Grupo de Trabalho “Política Pública de Assistência Social”**, à falta de esclarecimentos que deveriam ser oferecidos aos municípios em relação à participação da Senhora Maria Moreno Perroni na presidência da IV Conferência
- Moção de **repúdio**, pelo **Grupo de Trabalho “Cultura, Esporte e Lazer”**, pelo descumprimento do preconizado no art. 123 do ECA pelo Governo do Estado de São Paulo
- Moção de **repúdio**, por grupo de trabalho não identificado, pela inexistência da Defensoria Pública no Estado de São Paulo
- Moção de **repúdio**, por grupo de trabalho não identificado, pela redução do per capita destinado às entidades de abrigamento por parte do Governo do Estado de São Paulo
- Moção de **repúdio**, pelo **Grupo de Trabalho “Medidas Sócio Educativas”**, aos princípios doutrinários do projeto PROERD, da Polícia Militar do Estado de São Paulo
- Moção de **repúdio**, pelo **Grupo de Trabalho “Medidas Sócio Educativas”**, à conduta do Conselheiro Suplente do CONDECA Henrique Ballota na IV Conferência, solicitando a atuação da comissão de ética do CONDECA
- Moção de **repúdio**, pelo **Grupo de Trabalho “Conselhos e Fundos”**, à Unidade de Atendimento Inicial (UAI) Brás, da FEBEM, solicitando imediata instalação de um núcleo de atendimento judicial

- Moção de repúdio, pelo **Grupo de Trabalho “Conselhos e Fundos”**, às “celinhas” destinadas ao acolhimento inicial de adolescentes infratores no município de Santo André, solicitando a interdição do referido local
- Moção reivindicatória, pelo **Grupo de Trabalho “Proteção Especial”**, solicitando a substituição imediata do formulário “Guia de Nascidos Vivos”, devido à ausência de campo específico para a identificação do genitor
- Moção reivindicatória, pelo **Grupo de Trabalho “Política Pública de Assistência Social”**, solicitando a implementação de programa preventivo-assistencial para o atendimento de vítimas de violência sexual, doméstica e intra-familiar
- Moção reivindicatória, pelo **Grupo de Trabalho “Política Pública de Assistência Social”**, solicitando a presença de Juízes e Promotores da Infância e Juventude nas conferências de direitos das crianças e adolescentes, bem como a disponibilização de material de trabalho sobre o ECA para os delegados e observadores participantes das conferências
- Moção reivindicatória, pelo **Grupo de Trabalho “Mecanismos de Exigibilidade de Direitos”**, solicitando ao Congresso Nacional e ao Governo Federal o estudo de mecanismos de reversão de parte dos pagamentos da dívida externa para os programas de assistência social
- Moção reivindicatória, por grupo de trabalho não identificado, solicitando que todas as empresas com mais de cem funcionários reservem cota mínima de 01% para a contratação de adolescentes em situação de risco previamente apontados pelos CMDCA's e Conselhos Tutelares

(G) Observações finais

A confecção deste relatório foi resultado da contribuição oferecida voluntariamente pela Renata, estudante de Direito das Faculdades Metropolitanas Unidas e Observadora da IV Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado de São Paulo, bem como pelo trabalho de leitura, sistematização e síntese dos Conselheiros Estaduais do CONDECA/SP Ulisses Guirgel, representante da Sociedade Civil, e Fabiano Marques de Paula, representante do Governo do Estado.

IV Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado de São Paulo
22 e 23 de Setembro de 2001

RELATÓRIO DAS MOCÇÕES DA CONFERÊNCIA

(A) Quadro geral das moções

Foram apresentadas vinte e cinco (25) moções na IV Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado de São Paulo, sendo que dezessete (17) moções foram aprovadas previamente e apresentadas pelos grupos de trabalho temáticos, e oito (08) moções foram apresentadas através da assinatura de delegados em plenário.

(B) Requisitos de admissibilidade

É necessário registrar que o número mínimo de assinaturas para a apresentação de moções em plenário deveria corresponder a 10% (dez por cento) dos delegados efetivamente credenciados para a IV Conferência, conforme aprovado no Regimento Interno da Conferência.

Deste modo, considerando que houve quinhentos e oitenta e dois (582) delegados credenciados na IV Conferência, as moções apresentadas em plenário deveriam necessariamente ser subscritas por, no mínimo, cinquenta e oito (58) delegados, sob pena de inadmissibilidade de discussão e aprovação pelo plenário da Conferência.

(C) Da natureza das moções

As moções apresentadas à Plenária Final poderiam ser de : apoio, repúdio ou qualquer outra natureza.

Do universo analisado, três (03) moções destinavam-se a apoio; dezesseis (16) moções destinavam-se a repúdio; e seis (06) moções tinham destinação diversa das anteriores.

(D) Ocorrências registradas no encaminhamento das moções

Cumprе apontar que, das vinte e cinco (25) moções apresentadas à Plenária Final, duas (02) foram encaminhadas com anomalias, sendo que uma delas foi apresentada à

Mesa da Plenária Final intempestivamente, após o horário máximo estipulado; e a restante foi subscrita por número insuficiente de delegados.

(E) Quadro descritivo das moções apresentadas pelos delegados em plenário

- Moção de **repúdio** pela turbulência havida na solenidade de instalação da IV Conferência (encaminhada após o horário limite – 12h 09min)
- Moção de **repúdio** pelos atrasos acontecidos na programação que prejudicaram o andamento normal dos trabalhos da IV Conferência (encaminhada com número insuficiente de assinaturas de delegados)
- Moção de **repúdio** à implantação das unidades descentralizadas da FEBEM em moldes distantes de uma proposta pedagógica adequada
- Moção de **repúdio** do Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente ao Governo do Estado de São Paulo pela atitude de “plantar” conselheiros da sociedade civil no CONDECA/SP, “engessando” o referido conselho
- Moção de **apoio** ao trabalho desenvolvido pelo Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Sorocaba (SP)
- Moção de **apoio** à construção de uma universidade pública e popular na área atualmente ocupada pelo Complexo Penitenciário do Carandiru, conforme preconizado em projeto de lei municipal
- Moção de **apoio** à proposta de ampla capacitação, treinamento e supervisão dos Conselhos Municipais dos Direitos das Crianças e Adolescentes (CMDCA) e dos Conselhos Tutelares; divulgação, na mídia nacional, da importância dos conselhos; divulgação e amplo estudo do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) junto aos profissionais de mídia
- Moção **reivindicatória** ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) para que atue na elaboração de um projeto de lei, junto ao Congresso Nacional, destinado à proibição de qualquer exposição de nudez e violência envolvendo crianças e adolescentes em todos os meios de comunicação, inclusive obras literárias, culturais e artísticas

(F) Quadro descritivo das moções apresentadas pelos grupos de trabalho

- Moção de **repúdio**, pelo **Grupo de Trabalho “Saúde”**, às turbulências ocorridas na solenidade de instalação da IV Conferência, que resultaram em prejudicar o andamento posterior dos trabalhos programados (dois registros)
- Moção de **repúdio**, pelo **Grupo de Trabalho “Política Pública de Assistência Social”**, em relação ao ocorrido no processo eleitoral da sociedade civil para o CONDECA em nome da candidata Maria Moreno Perroni
- Moção de **repúdio**, pelo **Grupo de Trabalho “Política Pública de Assistência Social”**, à condução do processo de municipalização da política de atendimento à criança e ao adolescente pelo Governo do Estado de São Paulo
- Moção de **repúdio**, pelo **Grupo de Trabalho “Política Pública de Assistência Social”**, à falta de esclarecimentos que deveriam ser oferecidos aos municípios em relação à participação da Senhora Maria Moreno Perroni na presidência da IV Conferência
- Moção de **repúdio**, pelo **Grupo de Trabalho “Cultura, Esporte e Lazer”**, pelo descumprimento do preconizado no art. 123 do ECA pelo Governo do Estado de São Paulo
- Moção de **repúdio**, por grupo de trabalho não identificado, pela inexistência da Defensoria Pública no Estado de São Paulo
- Moção de **repúdio**, por grupo de trabalho não identificado, pela redução do per capita destinado às entidades de abrigamento por parte do Governo do Estado de São Paulo
- Moção de **repúdio**, pelo **Grupo de Trabalho “Medidas Sócio Educativas”**, aos princípios doutrinários do projeto PROERD, da Polícia Militar do Estado de São Paulo
- Moção de **repúdio**, pelo **Grupo de Trabalho “Medidas Sócio Educativas”**, à conduta do Conselheiro Suplente do CONDECA Henrique Ballota na IV Conferência, solicitando a atuação da comissão de ética do CONDECA
- Moção de **repúdio**, pelo **Grupo de Trabalho “Conselhos e Fundos”**, à Unidade de Atendimento Inicial (UAI) Brás, da FEBEM, solicitando imediata instalação de um núcleo de atendimento judicial

- Moção de repúdio, pelo **Grupo de Trabalho “Conselhos e Fundos”**, às “celinhas” destinadas ao acolhimento inicial de adolescentes infratores no município de Santo André, solicitando a interdição do referido local
- Moção reivindicatória, pelo **Grupo de Trabalho “Proteção Especial”**, solicitando a substituição imediata do formulário “Guia de Nascidos Vivos”, devido à ausência de campo específico para a identificação do genitor
- Moção reivindicatória, pelo **Grupo de Trabalho “Política Pública de Assistência Social”**, solicitando a implementação de programa preventivo-assistencial para o atendimento de vítimas de violência sexual, doméstica e intra-familiar
- Moção reivindicatória, pelo **Grupo de Trabalho “Política Pública de Assistência Social”**, solicitando a presença de Juízes e Promotores da Infância e Juventude nas conferências de direitos das crianças e adolescentes, bem como a disponibilização de material de trabalho sobre o ECA para os delegados e observadores participantes das conferências
- Moção reivindicatória, pelo **Grupo de Trabalho “Mecanismos de Exigibilidade de Direitos”**, solicitando ao Congresso Nacional e ao Governo Federal o estudo de mecanismos de reversão de parte dos pagamentos da dívida externa para os programas de assistência social
- Moção reivindicatória, por grupo de trabalho não identificado, solicitando que todas as empresas com mais de cem funcionários reservem cota mínima de 01% para a contratação de adolescentes em situação de risco previamente apontados pelos CMDCA's e Conselhos Tutelares

(G) Observações finais

A confecção deste relatório foi resultado da contribuição oferecida voluntariamente pela Renata, estudante de Direito das Faculdades Metropolitanas Unidas e Observadora da IV Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado de São Paulo, bem como pelo trabalho de leitura, sistematização e síntese dos Conselheiros Estaduais do CONDECA/SP Ulisses Guirgel, representante da Sociedade Civil, e Fabiano Marques de Paula, representante do Governo do Estado.